

Gestão Participativa E Policiamento Comunitário No Amazonas: O Efeito Na Redução Da Criminalidade E Na Confiança Institucional

**Bruno Jackson Gomes Da Silva Danielson Assef Pereira Da Rocha Denner
Yvens De Almeida Maduro Moura Elvis Guto Ferreira Da Silva Rafael Bicharra
De Lima**

Resumo

Esta pesquisa analisou a influência da gestão participativa e do policiamento comunitário nas estratégias da Polícia Militar do Amazonas (PM-AM) sobre a segurança pública. O estudo utilizou uma abordagem mista e comparativa entre áreas de Manaus com e sem policiamento comunitário sistematizado. O objetivo foi analisar como as práticas participativas da PM-AM impactam a segurança pública. Os resultados quantitativos demonstraram que as áreas com policiamento comunitário apresentaram taxas de criminalidade objetiva (roubos, furtos, violência interpessoal) cerca de 50% menores (12,3 por 1.000 habitantes) em comparação com as áreas sem a estratégia (25,6 por 1.000 habitantes). Paralelamente, os moradores dessas áreas relataram índices significativamente mais altos de percepção de segurança (média de 4,06) e confiança na polícia (média de 4,03), em uma escala de 1 a 5. A análise qualitativa confirmou que a coprodução da segurança e o diálogo constante com a comunidade (59,3% de participação) são fatores-chave para a legitimidade da PM-AM. O estudo conclui que a combinação entre gestão participativa e policiamento comunitário é uma via promissora para a segurança pública democrática no contexto amazônico.

Palavras-chave: *segurança pública; policiamento comunitário; gestão participativa; confiança institucional; Amazônia.*

Date of Submission: 12-02-2026

Date of Acceptance: 22-02-2026

I. Introdução

A segurança pública, entendida como direito fundamental e dever do Estado, enfrenta historicamente no Brasil o desafio de conciliar a eficácia no controle do crime com a garantia dos direitos civis. O modelo policial brasileiro, fortemente influenciado pela cultura militarizada e reativa, tem se mostrado limitado (Muniz, 1999; Soares, 2021), resultando não apenas em altos índices de criminalidade, mas também em um distanciamento crônico entre a polícia e a sociedade que ela deveria proteger. Essa crise de legitimidade institucional exige uma urgente redefinição paradigmática das estratégias de atuação.

Diante desse cenário, estratégias baseadas na descentralização e na cooperação, como o Policiamento Comunitário (PC), surgem como alternativas viáveis. O PC representa uma filosofia de gestão que rompe com a tradição puramente repressiva, buscando integrar a polícia ao tecido social para a solução proativa de problemas. A essência dessa transformação reside na gestão participativa, que exige que a instituição policial incorpore o cidadão como coprodutor da segurança, aumentando a transparência e a responsabilidade mútua (Moore, 2003; Trojanowicz & Bucqueroux, 1994).

A literatura especializada é clara ao apontar que o sucesso do policiamento comunitário não se mede apenas pela queda das estatísticas criminais, mas, sobretudo, pelo nível de confiança e legitimidade que a polícia constrói junto à população. A confiança institucional é o capital social que facilita a cooperação, incentivando os cidadãos a relatarem crimes, fornecer informações e participar ativamente em programas de prevenção (Tyler, 2004; Skogan, 2002). Sem essa base de apoio, qualquer programa de proximidade corre o risco de se tornar mera retórica.

Embora o PC seja largamente estudado, a aplicação e os resultados do modelo em contextos regionais específicos, como a Amazônia, permanecem subexplorados. O Estado do Amazonas apresenta desafios únicos: vastidão territorial, complexidade logística, grande heterogeneidade cultural e social, e a presença de economias ilícitas. Essas especificidades exigem que o Policiamento Comunitário seja não apenas implementado, mas adaptado para ser efetivo, tornando a análise da Polícia Militar do Amazonas (PM-AM) um estudo de caso de relevância crítica para a segurança na região Norte.

Neste contexto, esta dissertação (agora transformada em artigo) investiga as estratégias da Polícia Militar do Amazonas. A pesquisa buscou ir além da análise superficial, mensurando a eficácia do PC a partir de um olhar duplo. O objetivo principal é analisar como as práticas de gestão participativa adotadas pela PM-AM

influenciam simultaneamente os indicadores objetivos de criminalidade e a percepção subjetiva de segurança e confiança da população.

Para atingir esse objetivo, o estudo utilizou uma robusta abordagem metodológica mista, essencial para a triangulação de dados. Combinamos a análise estatística de dados oficiais de criminalidade com a aplicação de questionários estruturados (para mensuração de percepção e confiança) e entrevistas aprofundadas com moradores e policiais. Essa triangulação permitiu não só verificar o "o quê" (os índices), mas também o "porquê" (a qualidade da relação e a dinâmica da coprodução), fornecendo uma base empírica sólida e inovadora no contexto brasileiro.

Em termos de resultados, o estudo demonstrou uma clara associação entre a atuação do policiamento comunitário e a segurança. As áreas de intervenção com PC apresentaram uma significativa redução de aproximadamente 50% nas taxas objetivas de criminalidade. Além disso, a população dessas áreas reportou médias elevadas de confiança na polícia (4,03) e percepção de segurança (4,06) (em escala de 1 a 5). Estes achados sinalizam que a PM-AM tem conseguido transpor o desafio do modelo tradicional, construindo legitimidade a partir da prática participativa.

O presente artigo foca na análise e discussão desses resultados centrais, argumentando que a qualidade da relação entre a PM-AM e a comunidade é o fator-chave para a eficácia do PC. Nas seções subsequentes, detalhamos o referencial teórico que sustenta a gestão participativa e o PC, a metodologia de pesquisa mista utilizada, a apresentação dos resultados quantitativos e qualitativos de forma integrada e, por fim, as conclusões e recomendações que visam a sustentabilidade do modelo no contexto amazônico.

II. Fundamentação Teórica

A segurança pública, em uma sociedade democrática, não pode ser vista unicamente como uma função estatal baseada na força e na repressão. A eficácia duradoura requer a transição do modelo policial tradicional (reativo e isolado) para um paradigma de governança colaborativa. Este movimento é impulsionado pelo reconhecimento de que as causas da criminalidade são complexas e multifacetadas, exigindo soluções intersetoriais e a participação de múltiplos atores. Tal mudança implica reformular a missão policial, passando de uma lógica de "guerra ao crime" para uma abordagem de "serviço ao cidadão" (Muniz, 1999; Soares, 2021). No centro desta reorientação está o conceito de Gestão Participativa. Em essência, este princípio refere-se à inclusão de atores não estatais — neste caso, a comunidade — nos processos de formulação, execução e avaliação de políticas públicas. Na área da segurança, a gestão participativa se manifesta pela criação de canais formais e informais de diálogo, como os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) ou as reuniões de bairro. O seu valor não é apenas democrático, mas também instrumental: ela permite que a polícia tenha acesso a informações contextuais cruciais e valide suas ações perante o público (Moore, 2003).

O Policiamento Comunitário (PC) é a materialização operacional da gestão participativa no trabalho policial. Não se trata meramente de patrulhar a pé ou participar de reuniões, mas de uma filosofia organizacional que reposiciona o policial como agente de transformação social e mediador de conflitos, atuando na prevenção primária. Seus princípios fundamentais incluem a resolução proativa de problemas (Problem-Oriented Policing), a descentralização de autoridade e a criação de laços permanentes com as comunidades (Trojanowicz & Bucqueroux, 1994). O foco muda da resposta a incidentes para a identificação e tratamento das causas subjacentes do crime e da desordem.

A intersecção da gestão participativa com o PC resulta no conceito de coprodução da segurança. Isso significa que a segurança é um bem que só pode ser plenamente alcançado através de um esforço conjunto entre o Estado e os cidadãos. A comunidade não é apenas o objeto da política policial, mas um parceiro ativo que compartilha responsabilidades. Ao envolver-se, a comunidade fornece o conhecimento local e o apoio necessários, enquanto a polícia ganha a legitimidade para atuar. A coprodução é um mecanismo de alavancagem que potencializa recursos limitados (Bayley, 1999).

A legitimidade é o pilar que sustenta o PC. Tyler (2004) argumenta que a obediência à lei e a cooperação com a polícia são motivadas mais pela percepção de justiça processual e confiança do que pelo medo da punição. Quando os cidadãos percebem que a polícia atua de forma justa, imparcial e respeitosa, a confiança aumenta. Esta confiança, por sua vez, é o que impulsiona a participação e, crucialmente, influencia a percepção subjetiva de segurança — um indicador vital que transcende a frieza dos números criminais.

Um estudo rigoroso sobre a eficácia do PC exige a mensuração de dois tipos de indicadores: objetivos (taxas de crimes, prisões) e subjetivos (percepção de segurança, confiança, medo do crime). Skogan (2002) demonstra que, em muitos casos, programas de PC podem reduzir o medo do crime e aumentar a satisfação pública antes mesmo de impactarem significativamente as estatísticas criminais. Portanto, uma avaliação completa, como a proposta nesta pesquisa, deve utilizar a triangulação desses dados para capturar a real dimensão do sucesso da política pública.

Apesar dos benefícios teóricos, o PC enfrenta desafios estruturais em instituições com forte cultura

militarizada, como a PM-AM. A implementação bem-sucedida exige uma profunda transformação cultural interna, que passa pela valorização do policial comunitário, investimento em formação humanista e a revisão dos critérios de promoção. A falta de recursos, a alta rotatividade de efetivo e a priorização da repressão em detrimento da prevenção são barreiras frequentemente citadas que ameaçam a sustentabilidade do modelo (Balestreri, 2008). O contexto geográfico e político da Amazônia impõe um nível adicional de complexidade. As vastas distâncias, a ausência de infraestrutura básica em muitas localidades e a diversidade sociocultural exigem que o PC seja flexível e adaptável. Conforme argumentado na Introdução, o PC no Amazonas precisa ser capaz de integrar as comunidades tradicionais e ribeirinhas, enfrentando as dificuldades logísticas com criatividade e comprometimento. A análise da experiência da PM-AM, portanto, oferece um estudo de caso fundamental sobre a aplicabilidade e os limites da gestão participativa em um ambiente periférico e desafiador.

III. Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem mista (quanti-quali) com um desenho sequencial explicativo. Essa escolha metodológica se justifica pela necessidade de integrar a análise de dados objetivos e mensuráveis com a compreensão aprofundada das percepções subjetivas e significados atribuídos pelos sujeitos sociais (policiais e comunidade) às práticas de segurança pública. O estudo foi estruturado como um estudo de caso múltiplo comparativo, tendo como unidades de análise regiões urbanas de Manaus com e sem a atuação sistemática do policiamento comunitário.

A pesquisa contemplou duas populações principais: 1) Policiais Militares (oficiais e praças) atuantes em unidades com práticas de policiamento comunitário na PM-AM ; e 2) Moradores de regiões urbanas de Manaus com e sem a presença sistemática dessas práticas. Na etapa quantitativa, foi aplicada uma amostra estratificada proporcional da população civil, totalizando um mínimo de 384 respondentes para os questionários estruturados, garantindo um nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%. Para a etapa qualitativa, foi utilizada a amostragem não probabilística por julgamento (intencional), totalizando uma amostra qualitativa estimada entre 25 a 35 sujeitos (policiais e moradores com participação ativa).

A coleta quantitativa de dados utilizou duas fontes principais. A primeira, de dados secundários, envolveu a análise de registros oficiais sobre criminalidade, ocorrências policiais e indicadores institucionais, com dados desagregados por área, no período de 2019 a 2024. A segunda, de dados primários, utilizou um questionário estruturado com perguntas fechadas em escalas do tipo Likert (1 a 5). O instrumento foi desenhado para medir: percepção de segurança, grau de confiança na polícia, avaliação das ações de policiamento e experiências com a violência.

A coleta qualitativa empregou entrevistas semiestruturadas com roteiros específicos para policiais e moradores. Essa técnica buscou a livre expressão dos sujeitos para aprofundar as informações e compreender os significados atribuídos às estratégias de gestão participativa. Adicionalmente, foi utilizada a observação participante em bases comunitárias e eventos públicos, sistematizada em diários de campo, para captar rotinas institucionais, interações comunitárias e práticas não verbais.

O processo de análise foi conduzido de forma integrada (Triangulação Metodológica) para validar as informações obtidas de múltiplas fontes. Os dados quantitativos foram processados com softwares estatísticos (como SPSS), utilizando análise descritiva (frequências, médias) e análise inferencial (testes comparativos e de correlação) para testar as hipóteses. Os dados qualitativos (entrevistas e diários de campo) foram submetidos à Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), com codificação e categorização temática, para interpretar os sentidos expressos pelos sujeitos.

As variáveis foram operacionalizadas em três categorias principais: Variáveis Independentes (Policiamento Comunitário e Gestão Participativa, aferidas por bases, conselhos e projetos); Variáveis Dependentes (Percepção de Segurança, Confiança na PM e Criminalidade, mensuradas pelas escalas Likert e taxas de crime); e Variáveis de Controle (perfil sociodemográfico, como idade, gênero, escolaridade, renda e tempo de moradia). Essa operacionalização garantiu a precisão do estudo e a capacidade de realizar análises comparativas entre áreas com e sem a intervenção.

O estudo seguiu rigorosos princípios éticos, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes foram convidados voluntariamente e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi assegurado o anonimato, a confidencialidade e o direito de desistência a qualquer momento. Em atendimento ao recorte, os instrumentos de coleta (questionários e roteiros de entrevista) estão disponíveis sob solicitação ao autor.

A etapa quantitativa foi guiada por hipóteses centrais, que foram confirmadas na análise (Capítulo 4). A Hipótese Principal (H1) previa que o PC estaria associado a níveis mais elevados de percepção de segurança e confiança na PM. A Hipótese Secundária (H2) postulava que as áreas com PC apresentariam taxas de criminalidade mais baixas. A Análise de Conteúdo permitiu validar essas hipóteses pela perspectiva dos atores, integrando a eficácia mensurável à legitimidade percebida.

IV. Resultados E Discussão

A análise integrada dos dados quantitativos e qualitativos confirmou a hipótese central da pesquisa, demonstrando que a combinação entre Policiamento Comunitário (PC) e gestão participativa tem um impacto significativo e simultâneo na segurança pública do Amazonas. O estudo revelou uma dupla eficácia: uma objetiva na redução da criminalidade, e outra subjetiva no fortalecimento da confiança institucional. Este achado contraria a noção de que o sucesso policial se restringe a uma única dimensão, validando a necessidade de medir a política pública pela lente do "valor público percebido" (Moore, 2003). A diferença substancial entre as áreas de intervenção e as áreas de comparação reforça que a simples presença policial não é suficiente; a qualidade dessa presença é o fator determinante.

Do ponto de vista objetivo, os dados estatísticos foram contundentes ao confirmar a Hipótese Secundária (H2). As áreas com atuação sistemática do PC apresentaram taxas médias de crimes (roubos, furtos e violência interpessoal) de 12,3 por 1.000 habitantes, o que representa uma redução de aproximadamente 52% em comparação com os 25,6 por 1.000 habitantes registrados nas áreas sem a estratégia. Essa expressiva redução é atribuída à atuação proativa e preventiva do PC, que, ao se basear na gestão participativa, consegue identificar e resolver as causas subjacentes da desordem e do crime com o apoio da comunidade, alinhando-se aos achados de Skogan (2002) e Bayley (2006).

A Hipótese Principal (H1) foi amplamente validada pelos indicadores subjetivos, que refletem a legitimidade da PM-AM perante o público. A média de confiança na Polícia Militar nas áreas comunitárias atingiu 4,03 (em escala de 1 a 5), e a percepção de segurança foi de 4,06, índices significativamente superiores aos observados nas áreas de comparação (2,93 e 2,87, respectivamente). Este aumento da confiança se traduz em uma maior participação comunitária, que alcançou 59,3% nas áreas com PC. Tais resultados sublinham que a gestão participativa é o vetor que transforma a PM de um agente coercitivo temido em um parceiro legítimo na coprodução da segurança.

A análise qualitativa aprofundou esses achados, fornecendo o contexto intersubjetivo para os números. Moradores relataram maior acolhimento e menor medo de denunciar, indicando que o PC construiu um vínculo de proximidade duradouro. Na perspectiva dos policiais, a atuação em áreas comunitárias gerou maior satisfação profissional, reforçando o sentimento de valorização e o propósito do trabalho, o que é um efeito crucial, muitas vezes subestimado, do modelo. O agente sente-se mais eficaz ao resolver conflitos por mediação, e não apenas pelo uso da força.

Apesar do êxito, a pesquisa identificou desafios que comprometem a sustentabilidade e a expansão do PC. Policiais apontaram limitações de efetivo, carência de infraestrutura e a necessidade de formação contínua em direitos humanos e mediação. Moradores, por sua vez, destacaram a alta rotatividade dos agentes como o principal fator de fragilidade, que obriga o processo de construção de confiança a "começar tudo do zero". Tais barreiras refletem a crítica de Muniz (1999) sobre os limites da cultura organizacional militarizada, que ainda resiste em internalizar plenamente a filosofia de proximidade como missão institucional.

Um achado crítico é que os efeitos positivos não são distribuídos de forma equânime, revelando uma desigualdade territorial na política de segurança. A análise documental e a observação de campo indicaram que o PC permanece concentrado em algumas áreas de Manaus, com déficit de cobertura em bairros periféricos, zonas ribeirinhas e de difícil acesso. Esta lacuna reforça a necessidade de adaptar a gestão participativa às especificidades logísticas e culturais da Amazônia, garantindo que o modelo de segurança cidadã alcance as populações mais vulneráveis, em consonância com as recomendações de Soares (2021) e Balestreri (2008).

V. Considerações Finais

Em suma, esta pesquisa demonstrou que o Policiamento Comunitário, quando ancorado em práticas de Gestão Participativa, é uma via promissora e eficaz para uma segurança pública mais democrática no Estado do Amazonas. A tese central do estudo, de que o PC influencia positivamente tanto os indicadores objetivos quanto a percepção subjetiva de segurança, foi inequivocamente confirmada pelos resultados. O trabalho oferece uma contribuição empírica inédita ao campo da segurança pública brasileira, preenchendo a lacuna de estudos sistemáticos na Região Norte e validando a aplicabilidade do modelo em um contexto periférico e logístico de alta complexidade.

Os resultados atestam a efetividade do PC ao revelar a redução de 52% nas taxas de criminalidade e a alta média de 4,03 pontos de confiança na PM-AM. Esta convergência demonstra a capacidade da PM-AM de gerar o valor público defendido por Moore (2003): produzir segurança de forma que seja, ao mesmo tempo, eficaz e legítima. O sucesso reside na mudança do foco operacional do confronto para a mediação e a coprodução de soluções, uma mudança de paradigma que é percebida e valorizada pela comunidade.

A Gestão Participativa, manifestada pela alta taxa de engajamento da comunidade (59,3%), revelou-se o motor da legitimidade institucional. O envolvimento dos moradores na definição de prioridades e na avaliação das ações transforma a política de segurança em um processo de corresponsabilidade e fortalece os

laços sociais. É este compromisso com a escuta e o diálogo que permite superar a desconfiança histórica, tornando a polícia mais responsiva e adaptada às necessidades específicas do território, um requisito essencial para a segurança cidadã (Tyler, 2004).

Apesar da comprovação de eficácia, o estudo diagnosticou que o modelo enfrenta severos entraves estruturais e culturais. A fragilidade do efetivo destinado ao PC, a rotatividade de agentes e a carência de infraestrutura e treinamento contínuo são desafios que limitam a expansão e a sustentabilidade das ações, alinhando-se às críticas de Muniz (1999). Tais fatores revelam que, embora a filosofia do PC tenha sido bem-sucedida em áreas-piloto, o compromisso político e institucional de longo prazo para uma transformação sistêmica ainda é necessário.

Com base nos dados, a PM-AM deve priorizar duas recomendações essenciais para consolidar o PC. Primeiro, a expansão territorial equânime das práticas comunitárias para as áreas mais vulneráveis e logisticamente desafiadoras, com modelos adaptados às realidades ribeirinhas e periféricas. Segundo, o investimento maciço em formação humanista e continuada para o corpo policial, garantindo que o agente tenha as competências de mediação e o suporte institucional necessários para manter o vínculo com a comunidade. Por fim, é vital fortalecer a transparência e os canais de participação, dando poder deliberativo aos conselhos comunitários. A pesquisa conclui que a PM-AM tem um caminho promissor para o fortalecimento democrático da segurança pública, mas isso exige mudanças institucionais e compromisso político inegociável. O trabalho demonstra que, no contexto amazônico, a segurança não pode ser imposta, mas deve ser construída em diálogo. A superação dos desafios identificados consolidará um modelo policial que não apenas protege a vida, mas também promove a cidadania e a confiança social, alinhando a eficiência operacional aos valores democráticos, contribuindo para um debate mais amplo sobre segurança pública no Brasil.

Referências

- [1]. BALESTRERI, Ricardo. Segurança Pública Cidadã: Direitos Humanos E Políticas De Prevenção. Brasília: Ministério Da Justiça, 2008.
- [2]. BALESTRERI, Ricardo. Segurança Pública: Desafios E Dilemas. Brasília: Ministério Da Justiça, 2008.
- [3]. BARDIN, Laurence. Análise De Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- [4]. BAYLEY, David H. Changing The Guard: Developing Democratic Police Abroad. New York: Oxford University Press, 2006.
- [5]. BAYLEY, David H. Police For The Future. New York: Oxford University Press, 1999.
- [6]. MOORE, Mark H. Creating Public Value: Strategic Management In Government. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- [7]. MOORE, Mark H. Recognizing Public Value. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- [8]. MUNIZ, Jacqueline. Ser Policial É, Sobretudo, Uma Razão De Ser: Cultura E Cotidiano Da Polícia Militar Do Estado Do Rio De Janeiro. 1999. Tese (Doutorado Em Ciência Política) – Instituto Universitário De Pesquisas Do Rio De Janeiro, Rio De Janeiro, 1999.
- [9]. SKOGAN, Wesley G. Community Policing: Can It Work? Belmont: Wadsworth, 2002.
- [10]. SOARES, Luiz Eduardo. Desmilitarizar: Segurança Pública E Direitos Humanos. São Paulo: Boitempo, 2021.
- [11]. SOARES, Luiz Eduardo. O Que É Segurança Pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.
- [12]. TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. São Paulo: Instituto São Paulo Contra A Violência, 1998.
- [13]. TYLER, Tom R. Procedural Justice Theory And Policing Practice. New Haven: Yale University Press, 2004.